

**HABEAS CORPUS Nº 541.115 - SP (2019/0316078-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : JORGE DE SOUZA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : MARCOS ROBERTO AZEVEDO - SP269917  
JESSYKA VESCHI FRANCISCO - SP344492  
JORGE DE SOUZA - SP429914  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCAS TIAGO GONSALES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. DETERMINAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. POSTERIOR DECISÃO DE UNIFICAÇÃO DA PENA. NOVO MARCO INICIAL PARA PROGRESSÃO DE REGIME. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. PEDIDO DE HABEAS CORPUS PREJUDICADO.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUCAS TIAGO GONSALES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2207881-49.2019.8.26.0000.

Consta nos autos que a Defesa elaborou pedido de progressão de regime de cumprimento de pena. O Magistrado da 1.<sup>a</sup> Vara das Execuções Criminais da Comarca de Araçatuba/SP, por sua vez, determinou a realização de exame criminológico (fl. 26).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, que foi extinto sem resolução do mérito, em acórdão com a seguinte ementa (fl. 55):

*"HABEAS CORPUS. Pedido de cassação da r. decisão que determinou a submissão do paciente a exame criminológico para a aferição de seu mérito a progressão de regime. Via inadequada.*

*Inexistência de ilegalidade a ser reconhecida. Exame criminológico que pode ser determinado, desde que fundamentada a sua necessidade. Súmula n. 439 do STJ. Decisão devidamente motivada. Não conhecimento do writ. Extinção do processo sem julgamento de mérito."*

Neste *writ*, os Impetrantes alegam, em suma, a ilegalidade da decisão do Magistrado de piso, pois "a fórmula eleita pelo juízo Coator para justificar a

# Superior Tribunal de Justiça

*determinação do exame criminológico não é individualizada e, de tão genérica, aplica-se a todo e qualquer caso, não satisfazendo o imperativo constitucional de fundamentação idônea de todas as decisões judiciais"* (fl. 6).

Requerem, liminarmente, seja permitido ao Paciente aguardar em regime semiaberto até o julgamento definitivo desta impetração e, no mérito, a declaração de nulidade da decisão que determinou a realização do exame criminológico com a imediata progressão de regime.

O pedido liminar foi deferido (fls. 61-64).

As informações foram prestadas às fls. 71-96.

O Ministério Público Federal, por meio de parecer de fls. 98-100, manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* ou pela denegação da ordem.

É o relatório.

Decido.

Conforme informações prestadas às fls. 71-96, após o deferimento da liminar pleiteada no presente *writ*, o Juízo das Execuções Criminais, nos Autos n.º 0004068-63.2015.8.26.0520 (execução da pena), em razão de nova condenação, proferiu decisão unificando a pena do Paciente, fixando o regime fechado e o termo inicial para fins de progressão de regime e livramento condicional.

Desse modo, com a superveniência de novo *decisum* unificando a pena do Paciente, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual na concessão da ordem.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora